

A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Gilson da Silva Barros ¹

Renato Carneiro da Silva ²

RESUMO

O presente trabalho visa analisar a inclusão de estudantes com deficiências físicas nas aulas de educação física escolar, destacando os desafios e a importância da criação de ambientes educacionais inclusivos. Historicamente, as pessoas com deficiência têm enfrentado exclusão e marginalização, mas avanços significativos na legislação e nas políticas públicas têm facilitado uma maior inclusão social. Usando uma abordagem de revisão da literatura, este estudo analisa as práticas, os desafios e as estratégias para a inclusão efetiva desses estudantes. A Educação Inclusiva (EI) é a base para garantir oportunidades educacionais equitativas para todos e todas, além de remover barreiras físicas e pedagógicas. Este trabalho destaca a necessidade de adaptar os materiais didáticos, os equipamentos e o espaço escolar, bem como treinar adequadamente docentes para atender às necessidades dos estudantes com deficiências físicas. As recomendações visam a melhorar a participação e o desenvolvimento estudantil e a promover uma sociedade mais equitativa e justa.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência física. Educação Física. Educação Inclusiva. Barreiras Pedagógicas.

ABSTRACT

This work aims to analyze the inclusion of students with physical disabilities in school physical education classes, highlighting the challenges and importance of creating inclusive educational environments. Historically, people with disabilities have faced exclusion and marginalization, but significant advances in legislation and public policies have facilitated greater social inclusion. Using a literature review approach, this study analyzes the practices, challenges and strategies for the effective inclusion of these students. Inclusive education (IE) is the foundation for ensuring equitable educational opportunities for all students and removing physical and pedagogical barriers. This work highlights the need to adapt teaching materials, equipment and school space, as well as adequately train teachers to meet the needs of students with physical disabilities. The recommendations aim to improve the participation and development of these students and to promote a more equitable and just society.

Keywords: Inclusion. Physical disability. Physical education. Inclusive education. Pedagogical Barriers.

¹ Inserir sua formação acadêmica e e-mail.

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC; professor adjunto da Universidade Federal Rural do Semi-árido – Ufersa, contato: renato.carneiro@ufersa.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiências físicas nas aulas de educação física escolar é um tema de grande relevância no contexto da educação contemporânea. A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que aproximadamente 10% da população mundial seja portadora de alguma deficiência, ou seja, cerca de 650 milhões de pessoas.

No Brasil, a história das pessoas com deficiência é marcada por preconceito, exclusão e, mais recentemente, por avanços significativos na legislação e na inclusão social. Sendo assim, a questão norteadora do estudo é: como garantir a igualdade de oportunidades nas aulas de educação física escolar para estudantes com deficiência física?

A inclusão de estudantes com deficiências físicas nas aulas de Educação Física (EF) além de uma questão de cumprimento da lei almeja também a justiça social e os direitos humanos. A educação inclusiva (EI) busca garantir que todos os estudantes, independentemente de suas habilidades físicas, tenham acesso a um ambiente educacional que promova seu pleno desenvolvimento.

Como graduando em Educação Física os inúmeros exemplos demonstram que este campo do conhecimento é essencial para promoção do bem-estar e da saúde, pois a prática de exercícios é crucial para o desenvolvimento, pois além de promover o desenvolvimento físico e motor, trabalha valores essenciais como consciência corporal, integral, respeito às diferenças e cooperação, elementos essenciais para os processos inclusivos com atividades adaptadas garantindo, desse modo, que todos os alunos tenham acesso aos benefícios da atividade física, independentemente de suas condições físicas, motoras, intelectual, afetiva, social etc.

A Educação Física como instrumento de inclusão possibilita inúmeras estratégias pedagógicas que podem ser trabalhadas como a integração social no ambiente escolar, elevar a autoestima ao criar oportunidades de participação coletiva, a promoção do respeito às diferenças e a inclusão de pessoas com deficiência proporcionando um ambiente de reciprocidade participativa ajudando a diminuir as diferenças entre alunos, sejam elas físicas, arquitetônicas, intelectuais e proporcionar um sentimento de pertencimento.

Promover uma escola para todos, exige compreender que o ambiente escolar deve ser na sua essência um espaço que acolha, reconheça, valorize e forme as pessoas nas suas múltiplas diferenças em todos os processos de interação e de práticas educativas. É preciso que se fale a mesma linguagem, articulação da comunidade estudantil, e mobilização da

compreensão dos novos paradigmas educacionais inclusivos. Cumpre destacar que ao tratarmos de Educação Inclusiva, não significa priorizar apenas de estudantes com algum tipo de deficiência, mas sim, ressignificar práticas pedagógicas que nas suas relações e inter-relações considerem as diferenças entre os estudantes não os definindo em suas habilidades e condições, mas considerando a possibilidade de redesenhar um modelo de escola que amplie as possibilidades de ensino prazeroso, aprendizagens significativas, e socialização entre as diferenças com empatia, comunicação e cooperação na resolução de conflitos.

Em suma, a Educação Física é um componente curricular diferenciado, cuja natureza, essencialmente potente instrumentaliza um conjunto de ferramentas capaz de promover a inclusão, pois em uma única aula é capaz de mobilizar elementos diversos como a interação entre os estudantes em atividades coletivas, trabalhar o bem-estar individual e coletivo por meio do esporte, entretenimento e lazer, fazer adaptação de recursos para incluir pessoas deficientes, sedentárias, tímidas, e pouco dispostas por meio de um trabalho com foco na autoestima, confiança, empoderamento, e que, sobretudo, valorize a diversidade.

Este estudo utiliza o método de revisão da literatura para analisar a inclusão de pessoas com deficiências físicas nas aulas de educação física escolar. Foram analisados artigos acadêmicos, livros e a legislação que trata das práticas, dos desafios e das estratégias de inclusão em contextos educacionais.

Os objetivos desse trabalho são: i) analisar a história da pessoa com deficiência no Brasil e suas terminologias, ii) conscientizar os estudantes e a comunidade escolar sobre a necessidade de inclusão, combater o preconceito e a exclusão no ambiente escolar, iii) indicar estratégias eficazes para promover a inclusão de pessoas com deficiência nas aulas de educação física escolar.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica e de revisão literatura o presente artigo está organizado em dois momentos chaves. No primeiro momento farei um recorte epistemológico buscando entender a trajetória da pessoa com deficiência no Brasil, bem como suas terminologias a partir da história. Esta análise é importante porque ao longo da história as concepções refletem em tese contextos culturais, sociais e legais específicos. E num segundo momento uma abordagem centrada na prática pedagógica voltada para a inclusão das pessoas com deficiência nas aulas de Educação Física escolar.

No que concerne o recorte histórico pretendo entender como o preconceito as pessoas deficientes é um problema que remonta os tempos mais longínquos se estende ao momento histórico presente. Na antiguidade clássica o corpo sadio, a força e a beleza eram objeto de

apelo estético, ou seja, um corpo “mal formado” era visto como sinal de franqueza, ou até mesmo um sinal de castigo.

Durante a idade média, sobretudo, por influência da religião, a pessoa com deficiência era objeto de comiseração e benevolência. Este pressuposto representou mais uma forma de segregação e marginalização do que propriamente um ato de reconhecimento das potencialidades na diferença. Na era moderna, o renascimento foca a reflexão na dignidade humana. O iluminismo começou a considerar a deficiência uma questão médica trazendo para a ciência uma nova concepção para as pessoas com deficiência e a possibilidade de algum tipo de tratamento clínico. É quando começou a surgir às primeiras instituições para pessoas deficientes, asilos, e escolas especializadas.

O século XX em diante marca uma mudança de paradigma, as duas grandes guerras eleva o nível da discussão com um número absurdo de pessoas mutiladas pela guerra, com a criação de programas de acolhimento, reabilitação, reinserção das pessoas na sociedade. Nesse contexto surgem nos estados unidos movimentos sociais que encabeçam a criação de leis que proíbem a discriminação das pessoas deficientes. Dai por diante uma série de eventos, resoluções, leis, e diretrizes trazem para sociedade e para os governos cobranças por mudanças de postura, e formulação de políticas públicas direcionadas a estas populações.

No segundo momento adentro na abordagem propriamente da inclusão da pessoa com deficiência física nas aulas de educação física escolar. A ideia é trazer para a discussão os processos inclusivos, bem como os desafios que a constitui. Vale destacar que educação inclusiva significa dizer todos os alunos com deficiência ou não, são integrados no mesmo ambiente de ensino.

Por definição educação inclusiva, é o ato de incluir e acrescentar, ou seja, adicionar coisas ou pessoas em grupos e núcleos que não faziam parte. Transpondo esse entendimento para a escola o público prioritário são os estudantes com deficiência intelectual, física, auditiva, visual, transtornos do espectro do autismo, altas habilidades. Cumpre fazer a seguinte distinção, educação inclusiva é diferente de educação especial. Na educação especial o ensino é direcionado a alunos com deficiência. A educação inclusiva alunos com e sem deficiência tem a oportunidade de conviverem e aprenderem juntos. **Nesse sentido**, a escola inclusiva deve promover a inclusão, o respeito, e oferecer suportes distintos e personalizados para crianças e jovens que têm barreiras de aprendizagens, por terem algum tipo de deficiência ou necessidade específica.

Toda pessoa tem direito de acesso a educação, cada processo de aprendizagem é singular. No plano de aula deve existir uma base conteudísticas geral que contemple o todo,

mas também devem existir estratégias para promover inclusão como respeitar a individualidade dos alunos, realizar atividades em grupo mesclando a turma, promover um diálogo aberto sobre a temática da inclusão, realização avaliações individuais e em grupos.

As condições singulares de cada escola, bem como os múltiplos contextos nos desafiam a mudanças de concepções, posturas, e a promoção de ações pedagógicas que permitam criar e recriar possibilidades de ensino e aprendizagens significativas, prazerosas, emponderante, e inclusivas considerando todas as possibilidades de ser e aprender dos alunos em suas múltiplas e diversas necessidades.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho é uma pesquisa de natureza exploratória e bibliográfica. O formato adotado é o de revisão de literatura integrativa, cujo objetivo é o de fazer um levantamento sobre o conhecimento produzido acerca de uma determinada temática.

A revisão integrativa dá-se em seis etapas: i) elaboração da pergunta da pesquisa; ii) busca ou amostragem na literatura; iii) coleta de dados; iv) análise crítica dos estudos incluídos; v) discussão dos resultados; vi) apresentação da revisão integrativa realizada (SOUZA; SILVA; CARVALHO. 2010).

A pergunta norteadora da pesquisa (primeira etapa), diretamente vinculada ao objetivo geral deste trabalho, é a seguinte: como garantir a igualdade de oportunidades nas aulas de educação física escolar para estudantes com deficiência? Os descritores para a busca e amostragem na literatura (segunda etapa) foram “história da pessoa com deficiência e suas terminologias, e a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física escolar” na plataforma do Google Acadêmico. Os seguintes filtros foram utilizados: trabalhos publicados desde 2000 (estamos agora em 2024), classificados por ordem de relevância, páginas em português, e artigos de revisão. A opção por artigos de revisão foi para que uma visão mais abrangente sobre o tema pudesse ser fornecida.

Foram encontrados milhares trabalhos (terceira etapa), dentre eles artigos científicos, teses e dissertações, e capítulos de livros. Os critérios de exclusão foram fuga do tema, trabalhos repetidos, e-books e/ou capítulos de livros, trabalhos unicamente voltados para a educação inclusiva. A seleção dos trabalhos se deu pela leitura do título, do resumo e, quando necessário, da leitura integral dos mesmos. Dentre os trabalhos analisados, o foco esteve direcionado a inclusão da pessoa com deficiência nas aulas de Educação Física. Pertinente a natureza da pesquisa, a referencia bibliográfica utilizada está relacionada à temática de alguma maneira, sendo uma dissertações de mestrado, artigos científicos publicados em anais

de congresso, artigos publicados em periódicos, Livros, Ebooks. 5 Para a análise (quarta etapa), os trabalhos eleitos foram separados em categorias, quais sejam: i) História da pessoa com deficiência no Brasil; ii) as leis, tratados e convenções internacionais sobre inclusão; iii) inclusão da pessoa com deficiência nas aulas de educação física escolar. Na segunda categoria, foram observados os seguintes aspectos: aprendizagem, recursos didáticos ou práticas pedagógicas, e currículo. Para a discussão (quinta etapa), foi feita uma correlação entre a análise dos dados e os objetivos elencados para esta pesquisa. A sexta e última etapa é apresentada nas considerações finais.

3. A HISTÓRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL E SUAS TERMINOLOGIAS

Ao iniciar a revisão da história da deficiência no Brasil e não podemos deixar de considerar aspectos mais amplos, a final somos herdeiros da tradição ocidental, seus reflexos na formação cultural e artística, intelectual, no modo de pensar, na política. É importante ressaltar que a Organização das Nações Unidas (ONU) mostra que cerca de 10% (650 milhões) da população mundial atual sofre de algum tipo de deficiência. Nos países menos desenvolvidos, apenas 20% da população sofre com a deficiência, enquanto nos países desenvolvidos, 80% da população sofre com a deficiência (ONU, 2012).

No Brasil, assim como em outros países, a história das pessoas com deficiência (PCDs) é repleta de preconceito, deportação e abandono até que sejam incluídas em instituições de atendimento especializado. A opressão das pessoas com deficiência tem se manifestado historicamente na limitação de seus direitos civis e, mais especificamente, nas limitações impostas pela tutela de familiares e instituições (Figueira, 2018).

A designação terminológica acerca das definições do que seria a concepção das deficiências no decorrer dos tempos é uma representação caricata que se traduz muitas vezes na utilização de expressões de natureza indiscriminada de palavras carregadas de preconceito, duplo sentido, e até mesmo pejorativas, segundo Ribas (1994) Apud (...) como “excepcional”, “cego”, “surdo”, “inválido”, “louco”, “aleijado”, “anormal”. [...], “pensamos a deficiência muito mais nos limites e dificuldades que estas impõem às pessoas, como uma entidade que se apropria do indivíduo, do que nas capacidades que estas possuem, sendo a terminologia uma representação que a caracteriza”, (SILVA e DRIGO, 2012, p.16). As expressões anteriormente mencionadas, em tese são frutos de fatores diversos como questões de ordem social, fatores econômicos, valores culturais, conhecimentos adquiridos ou a falta deles.

De modo geral existe uma percepção direcionada a deficiência em si, e não nas potencialidades que a pessoa detém. Partindo do senso comum, são criados os pré-conceitos de que são seres incapacitados de realizar as atividades corriqueiras como uma pessoa sem deficiência. (PALMA E LEHNHARD, 2012, p.120).

É consensual que existia uma dificuldade nos termos e ou terminologias adequadas para determinar uma pessoa com deficiência, desse modo, em cada contexto histórico a sociedade se utilizou de uma terminologia que convergentes aos valores sociais vigentes.

Na década de 70, a assembleia geral na Organização das Nações Unidas (ONU) define a pessoa deficiente como alguém incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.

Neste cenário, surgiram novos documentos cuja predominância das terminologias deficiências, incapacidades e desvantagens, foram referendadas a partir dos conceitos de "deficiência", "incapacidade" e "desvantagem". É perceptível que o preconceito com a pessoa com deficiência tem raízes históricas profundas manifestadas em diferentes épocas e culturas.

Um breve recorte histórico nos permite jogar luz e elucidar o porquê destas questões tão arraigadas em torno da deficiência como um problema. Na antiguidade clássica, tendo como base o mundo oriental, em especial as sociedades gregas, egípcias e romanas como referência, já consideravam esta temática evidenciada em seus contextos sociais.

Na Antiga Grécia, cidades-estados como Esparta o infanticídio era uma prática comum com bebês com deficiência ou considerados fracos. Os espartanos acreditavam que uma população deveria ser fisicamente forte não cabendo espaço para pessoas doentes e ou deficientes, deveriam estar sempre preparados fisicamente para combate. Corroborando, Xavier e Júnior (p. 14, 2013) Na civilização grega, havia uma divisão entre o culto ao corpo físico e a valorização intelectual, sendo duas ideologias bastante defendidas, as quais segregavam o deficiente em função da sua incapacidade de corresponder a essas expectativas.

Na Roma antiga as pessoas deficientes eram vista como amaldiçoadas, era uma espécie de castigo “divino”. Em Roma, também não se reconhecia valores em crianças “defeituosas”, mas havia outro recurso além da execução que era o de abandonar as crianças nas margens dos rios ou em locais sagrados para serem recolhidas por famílias da plebe. (NEGREIROS, 2014 p.15 *Apud*, CORRENT, p.6, 2016). As deficiências também estiveram presentes durante muito tempo no campo das superstições acusadas de bruxaria ou possessão demoníaca, resultando em perseguições e execuções.

Em relação à civilização egípcia há visões distintas. Trento, Araújo e Drago (2023), apresentam os egípcios com base em evidências arqueológicas a pessoa com deficiência integrava-se nas diferentes e hierarquizadas classes sociais, ou seja, não eram alvos de discriminação, ou pelo menos naquilo que nos tempos atuais se convencionou chamar de discriminação estrutural.

Evidências arqueológicas nos fazem concluir que no Egito Antigo, há mais de cinco mil anos, a pessoa com deficiência integrava-se nas diferentes e hierarquizadas classes sociais (faraó, nobres, altos funcionários, artesãos, agricultores, escravos). A arte egípcia, os afrescos, os papiros, os túmulos e as múmias estão repletos dessas revelações. Os estudos acadêmicos baseados em restos biológicos, de mais ou menos 4.500 a.C., ressaltam que as pessoas com nanismo não tinham qualquer impedimento físico para as suas ocupações e ofícios, principalmente de dançarinos e músicos. [...] papiros contendo ensinamentos morais no Antigo Egito, ressaltam a necessidade de se respeitar as pessoas com nanismo e com outras deficiências. (GUGEL, 2008, *apud*, TRENTO, ARAÚJO E DRAGO, 2023, p.3)

Para Xavier e Júnior (2013, p.14) a abordagem parece apresentar certa divergência. Para estes, “na civilização egípcia, pregava-se o ensinamento e a aprendizagem de que o deficiente não tinha como ser útil aos interesses do Faraó”. Ao que tudo indica a questão da deficiência na sociedade egípcia era tratada de maneira diversa, a posição social e o status do indivíduo sugere uma tratamento diferenciado.

Durante a Idade Média era comum à interpretação das deficiências e doenças no viés e na perspectiva da religião, havia uma crença que era o preço do pecado. O cristianismo enxergava o cuidado aos doentes e necessitados incluindo nessa perspectiva pessoas deficientes como um ato de caridade, penitência e remissão, pois a deficiência era frequentemente vista como uma forma de punição divina. Para Mori (p.208, 2009) “Com base numa ética cristã, o sentimento em relação às pessoas com deficiência era de ambiguidade, um dilema entre caridade e castigo, proteção e segregação”. Lopes (p.13, 2015) afirma que “além da submissão das manifestações artísticas, sociais, políticas e religiosas ao Tribunal da Santa Inquisição, houve também o rechaço de dezenas de pessoas com deficiência, sendo condenadas à forca ou à fogueira como métodos de limpeza social – ou o que acreditavam ser ação do demônio”.

Ao sublime e belo são conferidas todas as graças, encantos e belezas; ao grotesco, todas as feiúras, enfermidades e deformidades. As deficiências pertenciam ao mundo do grotesco e, como tal, eram vistas como negação da perfeição divina. Até o século XVI as pessoas com deficiência eram consideradas possuídas por seres demoníacos, os quais ocupariam o lugar de suas almas. (MORI, p.205, 2009)

Até o final do século XVIII havia uma relação de causa e efeito em relação as deficiências, ou seja, havia a compreensão que estas estavam relacionadas causas de ordem sobrenaturais, e até mesmo espirituais, não estando no rol das proposições de interesse investigativo da ciência. Na custa lembrar muito rapidamente que embora não fosse objeto de investigação alguns o início das ações, embora limitado, se deu por volta do século XVI. “Como discorrem Mazzotta (1999), Carneiro (2008) e Mendes (2006), o início de ações direcionadas a pessoas com deficiência se deu a partir do século XVI, tendo como primeiros interessados profissionais da medicina no intuito de classificar as pessoas que não se encaixavam nos padrões conhecidos como normalidade” (LOPES, p. 13, 2015). Iniciativas do abade Eppée, como o “língua dos sinais”, estratégias desenvolvida para atender a grupos específicos utilizando a movimentação das mãos como forma de comunicação. Em seguida cria a Fundação para a educação de “surdos-mudos” na França em 1770. Em relação às pessoas com deficiência visual, é fundado o Instituto Nacional dos Jovens Cegos – INJC (Institute Nationale des Jeunes Aveugles) em Paris no ano de 1784, “por Valentin Haüy, pioneira na instrumentalização de letras em alto relevo para o estímulo tátil na alfabetização (MAZZOTTA, 1999 *apud* LOPES, p.14, 2015).

Em 1829 o jovem Louis Braile utilizando-se do método de Charles Barbier desenvolvido em 1819 a partir da combinação de pontos e traços (alto relevo) das letras que permitiam os soldados no fronte de batalha a leitura sem a utilização de iluminação inspirou a criação do método que ficou mundialmente conhecido como braile.

Somente no século XIX temos deleamentos as primeiras pesquisas científicas direcionadas ao atendimento a pessoas com deficiências. Pesquisas estas que associavam práticas médicas com métodos educacionais. O médico francês Jean Itard é um dos pioneiros ao desenvolver e apresentar um método de educação, com “base nas teorias de Rousseau, Condillac e Locke, aplicado ao caso do “menino selvagem” (adolescente encontrado na floresta de La Caune), fato que ficou conhecido na medicina e na pedagogia como O Selvagem de Aveyron” (Fernandes, 2014 *apud*, LOPES, p. 14, 2015). É um contexto que mesmo sob a égide segregacionista, fatalista e preconceituosa de ver as deficiências, podemos categoricamente afirmar que temos a mesa pela primeira vez um método com base na construção de estímulos cuja base estrutural é científica.

Araújo (2020, p.254) contribui significativamente ao afirmar que “ser uma pessoa com deficiência é uma das múltiplas formas corporais de ser e estar no mundo e também uma forma perversa de experienciar o cerceamento de acesso aos mais variados bens culturais. A deficiência não deve significar tragédia pessoal, pois não existem sentenças biológicas

fatalista a alguém por possuir uma peculiaridade no desenvolvimento, o que há são contextos sociais pouco sensíveis à compreensão da diversidade corporal como uma diferença que caracteriza os humanos”.

O caso do “O Selvagem de Aveyron” rendeu ao médico Itard o título de primeiro estudioso da Educação Especial dada a sua expertise ao considerar o “retardo” como resultado da insuficiência cultural e carência de estímulos intelectuais, dada suas condições socioeducacionais contrapondo o célebre psiquiatra Francês Philippe Pinel em seu diagnóstico de deficiência biológica, a época denominada de idiotia. Este episódio da história é considerado por muitos, embora de forma embrionária, a primeira concepção de deficiência como uma construção social, sinônimo de incapacidade. Esta concepção de incapacidade se instalou no imaginário coletivo fruto dos estigmas e estereótipos construídos historicamente como um quadro crítico cuja irreversibilidade clínica tencionava um reforço de exclusão colocando no plano social duas ideias, a categorização de indivíduos ditos normais, ou seja, egos superiores, e os ditos anormais, portando, pessoas cuja condição física ou mental os classifica como inferiores.

Os séculos XVIII e XIX temos uma mudança de horizonte epistemológico, período que se dá também a gloriosa revolução francesa em que a construção de um caráter de inquietação pragmática se deu por meio do conflito. “[...] também conhecido como o “século da pedagogia”, conforme Cambi” (1999, p. 377, apud, LOPES, 2015, p.15). É nesse contexto, que as contribuições dos pedagogos alemães Johann Pestalozzi (1746-1827), Friedrich Froebel(1782-1852) e Johann Herbart (1776-1841) o que hoje se convencionou chamar de escola moderna cuja contribuição exerceu forte influencia na relação professor, ensino e método, legado que mudou a fisionomia do processo de ensino e aprendizagem. Merece destaque que Pestalozzi traz para a educação discussão de um ensino não-repressivo, baseado no medo, mas considerando o interesse da criança e a participação da família para desse modo pensar as estratégias de ensino.

O francês Édouard Séguin (1812-1880) e a italiana Maria Montessori (1870-1952) demonstram extrema sensatez ao afirmarem a importância dos “estímulos dos sentidos, na formação da mente e das necessidades do indivíduo no âmbito técnico-sensorial baseado em estratégias lúdicas que despertassem o interesse do aluno para a superação das suas limitações”. (LOPES, 2015, p.15). Os estímulos sensoriais são de singular importância para o horizonte epistemológico da educação especial, ou seja, são ações ligadas ao campo visual, gustativo, olfação, audição, tato e equilíbrio. O estímulo correto promove o desenvolvimento

de habilidades específicas e compensatórias daquelas ausentes, contribuindo para o crescimento pessoal da criança.

Conforme Cambi (1999, p.469, apud, LOPES, 2015, p.15), a contribuição de Séguin à Educação Especial pode ser descrita “[a] partir do plano senso-motor, mas, ao mesmo tempo, considerava a atividade física da criança como intimamente ligada à sua individualidade e aos seus processos de socialização”. A interação com o outro, o movimento e o contato com o ambiente, a ludicidade estrategicamente pensada na justa medida pedagógica se demonstra importante catalizador de estímulos, potencialidades e intencionalidades para as crianças, sobretudo, aquelas acometidas de alguma limitação biomecânica.

Após o final da primeira grande guerra, o saldo de pessoas de pessoas lesionadas em razão dos conflitos fez com que surgissem diversos serviços para atendimento aos combatentes que apresentavam deficiências ocasionadas pela guerra. Nesse lapso tempo surgem diversas instituições dedicadas ao atendimento pedagógico direcionada a pessoa com deficiência.

As explicações fortemente amparadas pelas manifestações de ordem biológica mantiveram-se servindo de enredo para entender as razões das deficiências nas suas múltiplas formas. Nesse sentido a medicina se debruça numa perspectiva de encontrar a “cura” atenuando visão fatalista das deficiências.

Embora houvesse uma mudança de mentalidade, o medo e a rejeição dão espaço para um sentimento de compaixão, acolhida e tolerância, essas mudanças representaram um avanço, mas não era o suficiente, pois em casos de deficiências múltiplas e casos graves, dada a complexidade da situação eram excluídas de programas educacionais que começavam a se expandir em vários países.

Entre as décadas de 1960 e 1970 temos a criação da Organização das Nações Unidas - ONU, a declaração universal dos direitos humanos, encaminhamentos de questões relacionadas à deficiência com programas de intervenção precoce, estudos, pesquisas e resoluções. Todavia alguns países assumiam uma postura de naturalizar ou normalizar as relações sociais tentando estabelecer condições as pessoas com deficiência aos padrões ditos normais. No entanto, muitas das vezes uma aproximação superficial que não considerava o grau de comprometido das deficiências e as características individuais das pessoas com deficiência múltipla.

A influencia dos direitos humanos alcança a sociedade brasileira e a partir da década de 1970, o país buscava alternativas para se adaptar a nova realidade, mesmo de forma um limitada sem organização de um sistema de ensino para educação especial. A atenção estava

voltada mais para dimensão assistencialista do que com uma educação propriamente dita, e as instituições que dispunham de traquejo para o assuntos eram as instituições filantrópicas.

A década de 1980 incorpora na nova Constituição Federal incorpora “vários dispositivos referentes à saúde, à educação, ao trabalho e à assistência como direitos da pessoa com deficiência, com destaque para a educação para todos os brasileiros, ressaltando a educação da pessoa com deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino” (LOPES, 2015 p.17). Com a nova Constituição temos uma mudança de paradigma, pois abre-se para possibilidade de incorporar novas mudanças. Ainda em 1989 por meio da Lei 7.853 dispõe sobre a integração da pessoa com deficiência, ficando a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE a responsabilidade.

No que se refere a educação inclusiva, uma nova perspectiva assentara novas formas de integrar pessoas com deficiência nos “[...] meios educacionais, trabalhistas, desempenhando papéis sociais de maior destaque [...]”ratificando o empenho da comunidade mundial de pôr em prática o preconizado na “Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, em 1990, e na Declaração de Salamanca oficializa o termo Inclusão, a despeito de Integração, no contexto da educação, em 1994, reafirmando no encontro nesta cidade da Espanha o direito de todas as pessoas do acesso à educação (LANNA JUNIOR, 2010, *Apud*, LOPES, 2015, p. 17)

Deve-se observar que houve avanços significativos na legislação nacional sobre esse tema com a participação direta das pessoas com deficiência. Considerando o histórico do reconhecimento das pessoas com deficiência, verifica-se que, ao longo do tempo, elas foram submetidas à exclusão, bem como à negação das diferenças (Silva, 2018).

De acordo com Ghirardi (2019), as pessoas com deficiência eram consideradas seres amaldiçoados ou semideuses, de alguma forma excluídos do ambiente social e objetos de caridade da comunidade. Esse histórico está associado ao preconceito, à desigualdade e à exclusão social geral dessas pessoas. No Brasil, pouco se fala sobre as pessoas com deficiência e há uma quase total falta de dados concretos; de fato, as pessoas com deficiência sempre estiveram na mesma categoria de "miséria" que os pobres e os doentes.

A americana Beatrice Bemis, que teve uma filha com síndrome de Down, fundou a Associação de Amigos e Familiares de Excepcionais (APAE) no Rio de Janeiro em 1954, uma das grandes conquistas do século XX. Beatrice participou ativamente do trabalho da APAE e ficou intrigada com o fato de que não havia nenhuma associação com essa finalidade no Brasil. Como resultado, pais, amigos, professores e até médicos de pessoas com

deficiência também participaram ativamente da fundação da Apae no Brasil e, em 11 de dezembro de 1954, nasceu a Apae do Brasil (APAE, 2012).

Em 11 de dezembro de 1954, nasceu a Apae do Brasil (APAE, 2012) Pela primeira vez no Brasil, as questões relacionadas à deficiência foram abordadas por um grupo de famílias que trouxeram suas próprias experiências como pais de pessoas com deficiência para o movimento. Foi um avanço que fez com que a sociedade percebesse que as pessoas com deficiência podem ter deficiências pessoais, mesmo que tenham um nível reduzido de deficiência. Ao mesmo tempo, porém, reconheceu-se que a deficiência, independentemente do tipo, remove ou diminui a capacidade de uma pessoa de atuar em todos os aspectos de sua vida - física, psicológica, social, vocacional etc. (Santos, 2018).

Silva (2018) argumenta que a verdadeira e real extensão dos problemas de deficiência no Brasil não pode ser determinada apenas pelo número de pessoas afetadas. Para determinar claramente a verdadeira extensão dos problemas, é necessário levar em conta o impacto da deficiência nas pessoas diretamente afetadas e em alguns membros de seus grupos familiares, nas pessoas, na comunidade e na sociedade como um todo.

De acordo com o decreto nº 3298/99, que regulamenta a lei 7853/89:

- I - deficiência - qualquer perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o exercício de uma atividade, dentro da norma considerada normal para o ser humano;
- II - deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos;
- III - incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (BRASIL, 1999).

O decreto nº 5296/04 - regulamentada as leis 10.048 e 10.098/2000 prevê:

- I - Pessoa "apresentadora" de deficiência;
 - II - Pessoa com mobilidade reduzida, aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência, tem, por algum motivo, dificuldade em se mover, permanente ou temporariamente, causando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora.
- § 1º Para os fins deste decreto, considera-se:

I - Pessoa "portadora" de deficiência: que tenha limitação ou incapacidade de realizar atividades e se enquadra nas seguintes categorias:

a) deficiência física: deficiência total ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, resultando em função prejudicada física, apresentando-se como paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, tripregia, triparesis, hemiplegia, hemiparesia, estomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com doença congênita ou adquiridos, exceto as deformações estéticas e aquelas que não produzem dificuldades no desempenho das funções;

b) deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, medidos por audiograma em frequências de 500 Hertz (Hz), 1000 Hz, 2000 Hz e 3000 Hz;

c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menos de 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica, ou seja, acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com melhor correção óptica; os casos em que a soma da medida do campo de visão em ambos os olhos é igual ou inferior a 60º; ou a ocorrência simultânea de uma das condições anteriores;

d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações como: Comunicação; saúde e segurança; habilidades sociais e acadêmicas; cuidados pessoais; uso de recursos comunitários; lazer; trabalho;

e) deficiência múltipla - combinação de duas ou mais deficiências (BRASIL, 2004).

O movimento social das pessoas com deficiência tem uma longa história, a formação e o fortalecimento de seu tecido estão entrelaçados com a reabertura da democracia brasileira, que assumiu uma nova trajetória, combinando as demandas das pessoas com deficiência com as da justiça social e da cidadania, graças, em particular, à influência da ideia do Ano Internacional das Pessoas com Deficiência (AIPD) das Nações Unidas, proclamado em 1981, e que tem sido celebrado no Brasil e em outros países celebraram o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência (Santos, 2018).

Um dos grandes problemas no Brasil é que há muitas organizações que trabalham com reabilitação que não conseguem atingir plenamente suas metas, seja por dificuldades financeiras ou por falta de compreensão real das implicações desse complexo processo de trabalho com pessoas com deficiência. Elas percebem que a reintegração completa o processo de vida ativa e facilita a colocação do indivíduo (Zavereze, 2019).

As pessoas com deficiência são protegidas pela Constituição Federal de 1988 e por leis complementares (Lei 7.853/89), bem como por normas internacionais, como a Convenção 159-83 da Organização Internacional do Trabalho e a Convenção Interamericana para a

Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência (Ministério da Educação Física e do Esporte, 2015).

Para analisar a realidade brasileira, existem no país as situações mais heterogêneas e os costumes mais estranhos, pois se trata de uma sociedade que fala a mesma língua, com uma realidade em constante evolução, enquanto nas regiões mais pobres e menos desenvolvidas, há uma parcela da população que ainda não teve contato direto com o mundo moderno. Por meio de leis, documentos internacionais e políticas voltadas para a inclusão, o Brasil vem tentando "consertar" a situação das pessoas com deficiência que, por muito tempo, foram excluídas da sociedade (Diniz, 2017).

4 A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

A inclusão de alunos com deficiência física nas aulas de educação física é um desafio que as escolas e a sociedade precisam superar. O conceito de Educação Inclusiva (EI) baseia-se em vários aspectos, como o compartilhamento do mesmo espaço físico, a inclusão, a adaptação pedagógica, a participação de todos na sala de aula e o direito à educação (Santos; Mendes; Ladislau, 2014).

Segundo Aguiar e Duarte (2005, p.228) “Com o princípio da Inclusão, a Educação Física escolar deve ter como eixo fundamental o aluno e, sendo assim, deve desenvolver as competências de todos os discentes e dar aos mesmos condições para que tenham acesso aos conteúdos que propõe, com participação plena, adotando para tanto estratégias adequadas, fazer adaptações, organizar material pedagógico evitando desse modo a exclusão ou alienação

A Educação Física, como componente curricular da educação básica, não pode ficar neutra, indiferente ou alheia face ao movimento da educação inclusiva. É preciso considerar, sobretudo, as múltiplas dimensões que envolvem a ocorrência de uma pessoa com deficiência.

Nessa direção, a Educação Física enquanto componente curricular não pode ficar fora do processo de inclusão escolar da pessoa com deficiência, visto que tem como objeto de intervenção um importante elemento da cultura humana – o movimento humano e as suas diferentes manifestações (jogos, esportes, danças, lutas, ginásticas, entre outros). Além do mais, as produções teóricas e práticas de uma de suas subáreas podem ser de fundamental importância na inclusão da pessoa com deficiência – as da Educação Física Adaptada ou da Atividade Motora Adaptada. (SILVA, SANTOS e FUMES, 2014, p.32).

A Declaração de Salamanca marca a transição do modelo integrativo para concepção inclusiva. Segundo Palma e Lehnhard (2012, p.116) “enquanto a integração consiste em aceitar a pessoa com deficiência na condição de que ela tenha a capacidade de adequar-se aos procedimentos comuns no trabalho, na escola e na sociedade, a inclusão é a modificação da sociedade como um todo para receber a pessoa com deficiência, gerando seu desenvolvimento e garantindo a cidadania” (Apud SASSAKI, 2005).

A Declaração de Salamanca é um marco fundamental na promoção da Educação Inclusiva. Nesse sentido, o documento é uma convocação ao desenvolvimento de processos, procedimentos e estratégias para que as escolas devam acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, culturais, emocionais, linguísticas, dentre outras.

Na contra mão desse entendimento, infelizmente existe uma estereótipo que tem suas raízes históricas no modo de ver a pessoa com deficiência. Quando observamos uma pessoa com deficiência, o que chama a atenção é a deficiência, fazendo com que esqueçamos que esses indivíduos também são capazes, tem suas potencialidades, no entanto, no sentido oposto, são objeto de comiseração, benevolência e piedade, quando na verdade deveriam sim ter seus direitos respeitados fazendo jus as suas devidas possibilidades. Partindo do senso comum, são criados os pré-conceitos de que são seres incapacitados de realizar as atividades corriqueiras como uma pessoa sem deficiência. (PALMA E LEHNHARD, 2012, p.120).

A Educação Inclusiva (EI) baseia-se no conceito de direitos humanos, tornando a igualdade e a diferença valores indivisíveis, pois os professores são os principais agentes de mudança. Desde sua criação, na década de 1980, a Educação Física (EF) passou por diversas mudanças, muitas delas desafiadoras, como a inclusão dos Parâmetros Curriculares Nacionais e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica. Assim, a EI se baseia em uma abordagem ideológica que teve início com a exposição das propostas neoliberais e o crescente debate no contexto educacional em busca da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares (Ferreira, 2014).

De acordo com Silva e Volpini (2014, p. 23), a EI tem como objetivo incluir pessoas com necessidades especiais e condutas típicas da idade escolar nos espaços educacionais, criando condições para o seu desenvolvimento ao promover a eliminação de barreiras arquitetônicas e pedagógicas aos seus direitos dentro e fora do espaço escolar.

Dessa forma, a Educação Física assume seu lugar no campo da educação como uma forma de conhecimento necessária para o desenvolvimento de novos cidadãos completos, integrados e conscientes de seu papel na sociedade. Assim, a formação de professores é a

principal forma pela qual eles buscam subsídios para cumprir suas funções (Santos; Mendes; Ladislau, 2014).

As referências a esportes adaptados ou educação física adaptada geralmente se referem a aulas ministradas em escolas especiais ou a aulas em escolas que aceitam alunos com deficiência. Na maioria dos casos, quando se trata de trabalhos acadêmicos, a educação física adaptada é utilizada como um meio acessível e democrático de atividade física para pessoas com deficiência. Na educação física adaptada, as estratégias se tornam cruciais porque o professor estará intervindo em um mundo que contém pessoas com condições de atividades físicas diferentes e específicas (Costa *et al.*, 2014).

De acordo com Alves e Fiorini (2018), quando a educação física é adaptada para alunos com deficiência, ela permite que eles compreendam suas limitações e habilidades e os apoia na busca de um melhor desenvolvimento. Nesse sentido, a educação física adaptada para pessoas com deficiência não difere da educação física tradicional em termos de conteúdo, mas sua abordagem técnica e organizacional é aplicável às pessoas com deficiência e visa a atender às suas necessidades por meio do planejamento do desempenho pedagógico.

É extremamente importante entender que, por meio da educação física adaptada, é possível não apenas envolver as pessoas com deficiência no esporte, mas também orientar toda a comunidade escolar para a questão da deficiência, garantindo assim que todos entendam que a educação física adaptada foi projetada para aumentar e garantir a participação de todas as pessoas, inclusive das pessoas com deficiência (Ferreira, 2014).

Nesse contexto, todos os alunos sem deficiência entenderão e reconhecerão que há diferenças em suas percepções, auditivas, visuais ou outras, ao praticar esportes. Essa interação com a diferença permite que os alunos respeitem os outros dentro e fora da escola (Araújo, 2014 p.12).

Considerando o planejamento de atividades para pessoas com deficiência e a necessidade adaptar materiais e equipamentos, bem como o local em que as atividades serão realizadas. O local (quadra coberta, pátio, etc.) precisa ser bem organizado e livre de obstáculos para que não possam causar problemas de mobilidade para os alunos. Existe uma vasta literatura produzida que é possível encontrar alguns tipos de apoio que podem ajudar os professores de educação física, como o uso de aconselhamento de colegas (Santos, 2018).

Ainda em termos de adaptação das estratégias de ensino, um ponto comum mencionado na literatura por diferentes autores é a designação de um aluno sem deficiência como conselheiro de colegas que se voluntaria para ajudar os alunos com deficiência a realizar atividades nas aulas de educação física. Os materiais utilizados também devem ser

adaptados aos diversos tipos de esportes e deficiências (Zavereze, 2019). O jogo de vôlei, por exemplo, pode ser jogado sentado, tal estratégia cria uma atmosfera diferenciada para comunidade escolar participar de forma adaptada e inclusiva.

As estratégias são necessárias em todos os momentos como um componente integral e moderador do ensino e da aprendizagem na prática pedagógica de um professor. Da mesma forma, Souza *et al.* (2017) afirmam que a estratégia é uma atividade contínua, integrada à ação educativa, deve ser criativa, com a possibilidade de várias combinações em cada mudança, sendo, portanto, caracterizada pela complexidade e constante mudança, mas sempre presente na prática docente.

A inclusão do estudante com deficiência não se efetiva simplesmente porque o mesmo está na quadra ou “acompanhando” a turma como expectador as aulas de educação física como é comum acontecer. Cunha e Gomes (2017, p. 416), consideram que “na Educação Física, um importante passo para a efetivação da escola inclusiva consiste no desenvolvimento de atividades físicas das quais todos os alunos participem, para isso, essas atividades precisam, necessariamente, ser acessíveis”. Acessíveis nesse contexto significa olhar para a realidade social, cultural, a perspectiva da escola, a infraestrutura disponível, a luz do currículo e da temática a ser abordada e fazer as devidas adaptações contextuais, organizar materiais didáticos alternativos por meio de oficinas como bolas com chocalho para futebol de adaptado a cegos, confecção de raquete alternativas para esportes de raquete, reorganização da quadra de vôlei e das regras para criar as condições e participação de todos e muitas outras possibilidades a depender da abordagem e das habilidades a ser desenvolvida.

A inclusão nas aulas de educação física deve acontecer de forma fisiológica e natural. Inúmeras possibilidades podem enredar o plano de ação pedagógica, basta imaginar as múltiplas possibilidades de abordar determinado assunto. Podemos simular uma situação com um aluno cego ou com baixa acuidade visual a partir de uma vivência significativa com uma dinâmica concreta, ou seja, uma caminhada com os olhos vendados. Em duplas o alunos podem explorar os espaços da escola um com os olhos vendados e o outro sendo o guia e vice-versa. Após essa vivencia pode ser trabalhado esportes como corrida guiada, corrida contornado obstáculos, futsal para cego. O golbol é um esporte para pessoas cegas ou com deficiência visual. Este é um esporte excelente para sensibilizar para práticas corporais inclusivas e de conscientização da comunidade escolar.

Olhando para as possibilidades podemos dispor de vários esportes com suas características peculiares, integrativas, adaptativas e inclusivas. O Badminton sentado em cadeiras de rodas podem ser adaptados, observado é claro as características dos deficientes e a

interlocução com estudantes sem deficiência. Seguindo o mesmo raciocínio o Rugby pode perfeitamente ser trabalhado num contexto de um cadeirante observando também os pros e contras, ou também de forma guiada para estudante cego ou com algum tipo de deficiência visual. O tênis de mesa é outra possibilidade, por ser um esporte de oposição pode ser adaptado para alunos cadeirante, as regras e estilo de jogo devem ser simplificados.

Para (Ferreira p. 39, 2019) os benefícios obtidos graças à prática de atividades físicas e esportiva pelas pessoas com deficiência têm sido amplamente demonstrado por inúmeras investigações. Os esforços empreendidos de forma correta tendem a apresentar resultados exitosos, e melhorar a qualidade de vida das pessoas deficientes, a consciência corporal, a integração escolar e conscientização de modo geral.

Em qualquer componente curricular quando o aluno está integrado a turma fazendo as atividades em conjunto, aulas planejadas observando o perfil da turma, adequações pedagógicas, recursos adequados, suporte de materiais, a inclusão está efetivamente acontecendo. Para Freitas e Lucas (2009, Apud, p. CUNHA E GOMES, 2017, p. 416), pensar a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física significa considerar um processo de ensino e aprendizagem que busque dar as mesmas oportunidades de vivência e de experiência a todos os alunos.

Como enfatiza Vygotsky (1984, Apud, MELO e OLIVEIRA, 2015, p. 17), o desenvolvimento da criança com deficiência é governado pelas mesmas leis gerais do desenvolvimento da criança sem deficiência. No entanto, as limitações que essas pessoas encontram para interagir com o meio impedem o desenvolvimento de habilidades que formam a base do seu processo de aprendizagem. As limitações apresentadas poderão ser perfeitamente equacionadas com as devidas adequações adaptativas levando em consideração o tipo de obstáculo, a deficiência e a carência de recursos. É importante ressaltar que a conscientização dos estudantes é um passo importante e fundamental para que o estudante com deficiência sinta-se acolhido, integrado ao ambiente, e as atividades proposta.

As adaptações desafiam a criatividade do professor, a coordenação pedagógica e a direção escolar. Nesse sentido é preciso integração, criatividade, suporte e vontade de fazer a diferença. É uma realidade que também desafia os sistemas de ensino em todo o país, a final décadas de exclusão demandam também um esforço coletivo de longo prazo, entendimento legal, estratégias pedagógicas bem construídas e, sobretudo, capacidade profissional de prover condições adequadas e ajustadas no ambiente escolar, ou seja, é frente ao desafio de incluir, embora de forma alternativa, caminhos que permita acesso aos conhecimentos teóricos, e práticas corporais por meio do desenvolvimento motor.

Segundo Lorenzini (1992, *Apud*, MELHO E SARAIVA, 2015 p. 17) considera que, para que o aluno com deficiência física atinja um bom desempenho escolar, diversos aspectos precisam ser levados em conta, em especial os recursos materiais e os recursos humanos.

No Brasil, os serviços especializados, bem como os recursos para o adequado o suporte aos estudantes com deficiência no contexto da educação regular é assegurada por lei por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008. Esta política definiu a Educação Especial como uma modalidade transversal ao sistema educacional regular, ampliando o público beneficiado por esse sistema para incluir alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Olhando para Educação Física, Souza e Pich (2013 *Apud*, CUNHA E LIMAVERDE, 2017, p. 416) compreendem que a inclusão na Educação Física deve ter o significado de educar para a diferença, para a convivência e para a aceitação das diferentes configurações possíveis da corporeidade humana.

A Educação Física no cotidiano escolar é a queridinha da maioria dos alunos, é de fato um componente curricular que sua essência predispõe uma abordagem diferenciada devido a sua característica holística, integradora, interdisciplinar e multidisciplinar. Nesse mesmo sentido, Sassaki (1997, *Apud*, CUNHA E LIMAVERDE, 2017, p. 416) afirmam que a Educação Física, no sentido da inclusão, deve promover uma educação com o objetivo de integrar a pessoa com deficiência no meio social por meio dessa área do conhecimento. Venturini et al. (2010 *Apud*, CUNHA E LIMAVERDE, 2017, p. 416), endossando esta compreensão afirmam que a “área contribui para o desenvolvimento do afetivo, social e intelectual de alunos com deficiência, pois o incentivo à inclusão torna a autoestima e a autoconfiança mais evidente, contribuindo com a diminuição da desigualdade”.

A inserção prática da pessoa com deficiência na aula de Educação Física escolar é imprescindível, as atividades práticas propiciem um ambiente de interação e cooperação entre os alunos, assim como o respeito às diferenças.

Em síntese, os professores precisam desenvolver um bom programa para atender às necessidades de seus alunos e facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Para que uma escola seja inclusiva, ela deve ser um espaço aberto a todos, pois, se for democrática e acolhedora, atenderá a todas as diferenças e personalidades (Ferreira, 2014).

5 CONCLUSÃO

A inclusão de estudantes com deficiências físicas nas aulas de Educação Física escolar é um grande desafio, mas é fundamental para a construção de uma sociedade mais equitativa e justa. Este trabalho destaca a importância da Educação Inclusiva (EI) como um meio de garantir oportunidades educacionais equitativas para todos os alunos por meio de uma revisão da literatura existente. A história da deficiência no Brasil mostra que houve um progresso significativo em termos de legislação e políticas públicas, mas ainda há muito a ser feito em termos de remoção de barreiras físicas, pedagógicas, conscientização e políticas mais efetivas.

Os professores desempenham um papel fundamental nesse processo e precisam receber treinamento adequado e contínuo para desenvolver estratégias de ensino inclusivas. É igualmente importante adaptar os materiais didáticos, os equipamentos e o espaço escolar para atender às necessidades dos alunos com deficiências físicas.

Os objetivos desse trabalho foram analisar a história da pessoa com deficiência no Brasil e suas terminologias, nesse sentido, fiz um recorte histórico transitando por diferentes períodos a partir da vasta literatura disponível sobre o assunto, sendo possível concluir que ao longo da história a pessoa deficiente foi relegada, colocada a margem da sociedade, em alguns momentos objeto de benevolência, comiseração e piedade até chegar as discussões mais atualizadas da contemporaneidade como conferências, acordos internacionais, por meio de resoluções, leis, bem como políticas públicas de inclusão.

No objetivo subsequente conscientizar os estudantes e a comunidade escolar sobre a necessidade de inclusão, combater o preconceito e a exclusão no ambiente escolar. Foi possível observar que o componente curricular de educação física dispõe de boa interlocução com os estudantes, sendo possível fazer um memorável trabalho de conscientização de inclusão das pessoas com deficiências, bem como daqueles colegas menos dispostos, tímidos e com poucas habilidades para alguns tipos de esporte por meio de adaptações pedagógicas, reorganização de regras, e da confecção de materiais alternativos.

Por fim, indicar estratégias eficazes para promover a inclusão de pessoas com deficiência nas aulas de educação física escolar. A inclusão das pessoas com deficiência nas aulas de educação física pressupõe dois elementos básicos, primeiro como já dito anteriormente a conscientização da comunidade escolar, estudantes, professores, direção e coordenação e demais profissionais da importância da inclusão das pessoas deficientes em todos os processos, e segundo, compete diretamente ao professor de educação física pensar estratégias pedagógicas em sintonia com a coordenação, planejar bem as aulas a partir das perfis dos estudantes identificando as possíveis deficiências, desmotivações, interesses e desinteresses. O objetivo central deste trabalho foi respondido com a educação física adaptada

a partir dos processos anteriores, ou seja, a adaptação cria possibilidades incríveis de inclusão, gera respeito ao diferente, sensibilidade, empoderamento e eleva a autoestima.

Em suma, para que a educação inclusiva seja eficaz, é necessário o esforço conjunto de educadores, administradores escolares, famílias e políticas públicas que promovam a igualdade de oportunidades e valorização da diversidade. Somente assim poderemos progredir em direção a um sistema educacional que seja realmente inclusivo e acolhedor para todos.

As recomendações feitas nesse estudo têm como propósito proporcionar um ambiente educacional inclusivo que permita que todos os estudantes participem plenamente das aulas de educação física, respeite suas habilidades e promova seu desenvolvimento holístico. A implementação dessas estratégias não apenas beneficiará os alunos com deficiência, mas também enriquecerá a experiência educacional de toda a comunidade escolar, promovendo os valores de respeito, compreensão e solidariedade.

REFERÊNCIAS

ALVES, M.L.T; FIORINI, M.L.S; Como promover a inclusão nas aulas de educação física? A adaptação como caminho. Revista da associação brasileira de atividade motora adaptada. v. 19 n. 1: **Rev. Assoc. Bras. Ativ. Mot. Adapt.** 2018. Disponível em <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/issue/view/451>. Acesso em: 26 jun. 2024.

APAE. **Federação Nacional das Apaes.** (2012). Disponível em: apaebrazil.org.br. Acesso em: 12 jul. 2022.

ARAÚJO, S. L. et al. Contribuições da consultoria colaborativa para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual. **Revista de Educação Especial**, Santa Maria, v. 27, n. 49, p. 341-352, maio/ago. 2014.

BRASIL. **Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm. Acesso em: 26 jun. 2024.

BRASIL, **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e de outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm). Acesso em: 26 jun. 2024.

COSTA, D. P. et al. Esportes adaptados nas aulas de educação física: rumo à uma prática consciente. In: **V Congresso Sudeste de Ciências do Esporte, Lavras-MG.** 2014. GTT 05 - Escola. Lavras-mg: Sbpc. Disponível em:

<http://congressos.cbce.org.br/index.php/5sudeste/lavras/paper/viewFile/6268/3299> Acesso em: 26 jun. 2024.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M. **Envelhecimento e deficiência**. Brasília: Anis, 2017.

FERREIRA, R. **Relatório de Estágio Pedagógico**. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. 2014.

FILGUEIRA, E. **Caminhando em Silêncio**: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil, 2018.

GHIRARDI, M. I. G. **Representações da deficiência e práticas de reabilitação: uma análise do discurso técnico**. Tese de Doutorado em Psicologia. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Política Nacional do Esporte**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/politicaNacional/politicaNacionalCompleto.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2024.

ONU – **Organização Das Nações Unidas**. Disponível em: <https://brasil.un.org> > pt-br > node. Acesso em: 26 jun. 2024.

SANTOS, N. DE S; MENDES, J. DE S; LADISLAU, C. R. Educação física escolar: dificuldades e estratégias. In: **Congresso Sudeste de Ciências do Esporte**, 5. Anais... Lavras: UFL, 2014, p. 3. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/5sudeste/lavras/paper/viewFile/6383/3226>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SANTOS, W. R. dos. **Assistência social e deficiência no Brasil**: o reflexo do debate internacional dos direitos das pessoas com deficiência. Londrina, v. 13, n.1, jul/dez. 2018.

SILVA, F. N. R. da; VOLPINI, M. N. Inclusão escolar de alunos com deficiência física: conquistas e desafios. **Cadernos de Educação**: Ensino e Sociedade, Bebedouro - SP, vol.1, n.1, p.18-29, 2014. Disponível em: <http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014073755.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SILVA, O. M. da. **A epopeia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 2018.

SOUZA, J. V. et al. Programa de formação de colegas tutores: a tutoria no processo de inclusão escolar nas aulas de Educação Física. **Práxis Educativa**, v. 12, n. 2, p. 373-394, 6 jul. 2017.

ZAVEREZE, T. E. **A construção histórico cultural da deficiência e as dificuldades atuais na promoção da inclusão**. (2019). Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0478.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2024.

CORRENT, N. Da antiguidade a contemporaneidade: a deficiência e suas concepções. **Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXVI**, n. 000089, 2016.

Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes: Resolução aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 09/12/75.

ARAÚJO, A. M. O que é deficiência? A história de um conceito em disputa. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, v. 7, n. 2, p. 253-256, 2020. Disponível em <https://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/864>. Acesso em: 15 Jul.2024.

MORI, N. N. R. O Corcunda de Notre-Dame: grotesco, sublime e deficiência na idade média. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 9, n. 34, p. 199-210, 2009. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639588/7157>. Acesso em: 15 Jul. 2024.

TRENTO, S. S. M.; ARAÚJO, M. P. M; DRAGO, R. A Pessoa com deficiência na sociedade: uma retrospectiva histórica. **ARTEFACTUM-Revista de estudos em Linguagens e Tecnologia**, v. 22, n. 1, 2023. Disponível em <file:///C:/Users/Francisca%20Rocha/Downloads/2132-4224-1-PB.pdf>. Acessado em 15 Jul.2024.

Esportes para deficientes físicos. 2. **Deficientes físicos – Reabilitação**. I. Ferreira, Eliana Lucia. II. Confederação Brasileira de Dança em Cadeira de rodas. III. Título. IV. Série.